

AS DESIGUALDADES DE GÊNERO NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

THE UNEQUALITIES OF GENDER IN THE CONTEXT OF HUMAN DEVELOPMENT

*Cláudia Maia**
*Maria de Fátima Lopes***

RESUMO : As mulheres constituem-se a maioria da população pobre do planeta de acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano (PNUD). Este artigo discute as representações ideológicas e as desigualdades de gênero historicamente construídas, como fatores responsáveis pela situação concreta de vida desfrutada pelas mulheres e pelo desequilíbrio nos índices de Desenvolvimento Humano, dando ênfase às mulheres do meio rural.

PALAVRAS CHAVES: Gênero, Desenvolvimento Humano, mulher, público, privado.

ABSTRACT: women constitute the majority of the poor population of the planet according to the human development report (PNUD), this essay discusses the ideological representations and the inequalities of gender built historically as the responsible factors for the concret sutation experienced by women and for the index unbanlance of human developemente, emplasizing the womwn from rural area.

KEY WORDS: Gender, human development, woman, public, private.

Introdução

A divisão sexual dos papéis é comprovadamente existente em todas as sociedades humanas conhecidas, sendo construída de acordo com as regras culturais de cada sociedade. A distinção entre os papéis masculinos e femininos, fundada no

determinismo biológico, tende a atribuir ao homem as atividades associadas a uma esfera pública e à mulher a uma esfera doméstica circunscrita a casa e a família.

A reprodução desta estrutura pode ser notada em âmbitos institucionais, na política, na economia, sistemas religiosos e nas diversas manifestações da vida social,

* Mestre em Extensão Rural pela UFV e Professora do Departamento de Políticas e Ciências Sociais/ Unimontes – e-mail: cmaia@uai.com.br

** Doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional e professora de Antropologia na UFV – e-mail: mflopes@mail.ufv.br.

produzindo profundas desigualdades de gênero na sociedade, à medida que atribui valores diferenciados às atividades de mulheres e homens. Essa distinção tem como resultado o desequilíbrio nos índices de desenvolvimento humano que apresentam a mulher como a maioria da população pobre do planeta. As desigualdades e o constante empobrecimento da mulher, apóia-se ainda na ausência de políticas públicas e nas representações ideológicas e culturais que tendem a representar o universo doméstico como espaço desvalorizado e o universo público como espaço legítimo. Identificar tal polaridade não significa sua naturalização, ao contrário, esta identificação permite vislumbrar o antagonismo entre o universo doméstico – mais próximo à instância da reprodução – e o universo público – mais próximo da produção.

Neste sentido, a principal preocupação desse artigo é analisar a relação entre as representações ideológicas e as desigualdades de gênero vivenciadas pelas mulheres, considerando as condições de vida que desfrutam. Tentaremos evidenciar como são construídas historicamente as desigualdades de gênero, e como tais desigualdades podem indicar a relativa pobreza das mulheres apontadas pelo Relatório de Desenvolvimento Humano de 1995. Este artigo terá como principal foco de análise as mulheres no meio rural. Acreditamos que as *relações de gênero* em muitas culturas se tornam mais igualitárias e conseqüentemente o desenvolvimento humano mais eqüitativo, a partir da interferência da mulher na esfera pública e produtiva – tradicionalmente masculina – na condição de agente político e produtivo¹

As Mulheres e o Desenvolvimento Humano

A luta pela igualdade dos sexos na participação política, econômica e na vida social e acadêmica, tem sido característico do século XX, principalmente nas décadas de 60 e 70, quando o movimento feminista ganha fôlego, tanto ao nível da militância e atuação política, através de denúncia das desigualdades sexuais e da luta pelos direitos da mulher, quanto o teórico acadêmico, com a publicação de diversos estudos sobre a mulher em várias áreas do conhecimento especialmente em história e antropologia.

As mulheres, na segunda metade deste século, têm implementado significativas mudanças nas relações de gênero, principalmente no que diz respeito à formação das capacidades humanas, saúde e educação, seu papel na família e na sociedade. Contudo, às relações entre os sexos ainda não culminaram em condições mais igualitárias. Mulheres no mundo inteiro ainda sofrem discriminações e preconceitos, ainda são privadas de benefícios básicos e direitos mais essenciais de cidadania. Em quase todos os lugares ainda são excluídas de atividades econômicas e políticas, destinadas a exercerem papel de coadjuvante na sociedade.

O Relatório de Desenvolvimento Humano de 1995² procurou incorporar o gênero nos indicadores de desenvolvimento humano, passando a analisar a situação das mulheres em todos os países industrializados e em desenvolvimento, como categoria diferenciada, comprovando a acentuada desigualdade que se apresenta entre os sexos. Em resumo a análise dos dados levantados pelo Relatório³ demonstra que as mulheres engrossam os índices de miserabilidade e

analfabetismo. Dos 900 milhões de analfabetos no mundo em desenvolvimento, o número de mulheres é o dobro dos homens; os financiamentos bancários fornecidos a elas são infinitamente menores e em alguns lugares sofrem amplas restrições. Em muitos países, especialmente do Sul, a maioria das mulheres não responde pelas propriedades rurais, mesmo quando são efetivamente quem as administram. O desemprego apresenta taxas relativamente maiores para mulheres do que para homens em todas as regiões, e quando engajadas no mercado de trabalho, elas recebem salários infinitamente inferiores aos dos homens, além de ocuparem espaços restritos em cargos de administração e gestão. No campo político, o relatório constata que geralmente, as mulheres ocupam apenas 10% dos cargos parlamentares e 6% dos governamentais. De 1,3 milhares de milhões de pessoas na pobreza, 70% são mulheres. Mesmo com os significativos avanços que os países tem realizado no desenvolvimento das capacidades da mulher, *“mulheres e homens continuam a viver num mundo desigual, em nenhuma sociedade a mulher usufrui dos mesmos direitos que o homem”*(RDH/95).

As desigualdades experimentadas pelas mulheres colocam-na em situação inferior aos homens no desenvolvimento humano, consequência da perpetuação das desigualdades na divisão sexual dos papéis vivenciada em todas as sociedades conhecidas, ao passo que confere valor e prestígios as atividades masculinas, em oposição às atividades femininas, impelindo as mulheres para fora da esfera produtiva e política.

Como Tudo Começou!

A busca de uma “teoria da opressão” da mulher, levou pesquisadores de diferentes

áreas, a analisarem sociedades primitivas e relações pré-capitalistas, com o objetivo de tentar entender as origens das desigualdades sexuais pautadas sobre elementos biológicos, mas que se fundamentam e ganham sentido na sociedade e na cultura.

Uma dessas explicações apóia-se no discurso naturalista, do determinismo biológico, fortemente defendido no século XIX. A diferenciação dos sexos está na constituição biológica. Essa diferenciação influencia direto ou indiretamente na adequação de responsabilidades. A este respeito, Rosaldo e Lamphère, no clássico *“A mulher, a cultura, a sociedade”* que praticamente inaugurou os estudos acadêmicos sobre gênero e encaminhou a discussão feminista nos anos 70 a partir da dicotomia natureza/cultura, escreveram: *“As mulheres amamentam e dão à luz aos filhos e esse fato tem conseqüências importantes na vida social. Os sexos diferem na organização reprodutora, nos aspectos da constituição hormonal e, provavelmente, no tamanho, potências e resistência física”* (ROSALDO e LAMPHERE,1979:20). Essas observações, no entanto, ainda segundo as autoras, nos esclarece pouco sobre as questões sociais que vivemos. A biologia pode nos explicar a lactação na mulher, e fornecer dados estatísticos que comprovem a superioridade da força masculina ou sua resistência física, mas por sua vez, não nos fornece argumentos suficientemente convincentes para explicar porque a força e as atividades masculinas são mais valorizadas ou mesmo em que as diferenças biológicas podem determinar as relações sociais, culturais e comportamentais.

Outra argumentação das desigualdades sexuais, assinalada também pelas autoras, encontra-se nas teorias evolucionistas, as quais propõem *“que a existência social se originou nas atividades cooperativas dos homens primitivos que eram caçadores”*

(Id.Ibidem:23). Tal argumento apóia-se no fato de que o homem praticava a caça de animais de grande porte e a defesa intergruppal, atividades que comumente exigem força e resistência física. Desta prática derivaram relações sociais, e políticas, bem como o desenvolvimento de ferramentas e instrumentos coletivos – logo, esta atividade estaria ligada ao espaço público. Nessa interpretação, caberia à mulher a coleta de frutos e as implicações das responsabilidades familiares e comunitárias. Contudo, essa divisão por si só, não justifica, os valores atribuídos às atividades sociais dos homens ou a desvalorização das atividades das mulheres. Em muitas culturas a importância das atividades de coleta e caça de pequenos animais praticadas por mulheres, é relativamente maior. Além disso, como ressalta Rosaldo e Lamphere, as mulheres possuíam a capacidade de interferirem nos padrões culturais e sociais da comunidade, visto que elas eram responsáveis pela socialização das crianças, atividades que requer em *“habilidades comunicativas e cooperativas, tão complexas como a caça”*(Id.Ibidem:24). Há aí, uma distinção hierarquizada entre o masculino e o feminino, próprias das relações de gênero, que segundo FRANCHETTO et all (1980) marcam positivamente as atividades masculinas e negativamente as atividades femininas.

Para Engels, a divisão sexual dos papéis e a transformação da mulher de membro da comunidade à esposa subordinada, fundamentam-se na família monogâmica *“fundada não mais sobre condições naturais mas sociais”*, e na institucionalização da propriedade privada, *“triunfo da propriedade individual sobre o comunismo espontâneo primitivo”*, que originou a partir da domesticação de

animais de grande porte (ENGELS,1981:77). A posse desse valioso recurso produtivo conferia ao homem o poder de intervir e influenciar na política e economia comunal, estabelecendo relações de domínio e subordinação que, posteriormente refletiram na estrutura familiar, alterando também os valores, autoridade e padrões comportamentais. Contudo, nessa perspectiva engeliana, as mulheres não constituiriam sozinhas uma classe subordinada, mas todos aqueles despossuídos de posses e recursos produtivos.

Mais recentemente, Thomas Laqueur, pesquisando historicamente manuais médicos e tratados sobre anatomia, afirma que a diferença entre os sexos é uma invenção historicamente datada dos finais do século XVIII. Laqueur propõe que a idéia, que nós herdamos, de uma oposição (portanto radical diferença) entre o aparato genital de homens e mulheres não é de fato universal mas, pertence a um contexto social e político específico do século XIX. Demonstra este autor que até o século XVIII, os aparatos genitais eram vistos como complementares, sendo o corpo feminino uma inversão do corpo masculino. Estudos sobre as representações que historicamente a ciência postulou sobre o corpo humano, questionam portanto a “naturalidade” do sexo, em oposição à construção cultural dos papéis de gênero. A origem da mudança de percepção dos sexos, a partir de transformações na ordem política e ideológica das sociedades ocidentais, segundo Laqueur, construiu a problemática da diferença sexual. Conforme Heilborn:

“essa passou a ser concebida como inscrita nos corpos e percebida como fundacional da distinção entre os gêneros. Se os seres humanos passaram a ser declarados como iguais, era necessário buscar na natureza a base para a introdução de uma desigualdade” (HEILBORN,1998:45)³.

Não há uma interpretação única das origens das desigualdades sexuais, o fato entretanto, é que sempre houve uma forte tendência para domesticação do papel feminino, desprovido de valorização, associando a mulher à esfera privada do lar e da família, e a socialização do papel masculino, ligado às atividades públicas. A reprodução desta ideologia se encontra em todas as instituições culturais, sociais, políticas e econômicas, pois de acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano em nenhuma sociedade mulheres e homens partilham das mesmas oportunidades. Estas ideologias alimentam-se nas representações culturais, que constituem importantes instrumentos difusores e consolidadores de tradições. Tomamos como exemplo, uma antiga tradição de algumas comunidades rurais do Norte de Minas, onde até recentemente muitas famílias para saudarem o nascimento de uma criança, soltavam foguetes na frente da casa para natalidade masculina e nos fundos, para natalidade feminina, evidenciando o antagonismo entre, frente – público/externo - fundos – privado/doméstico.

A Oposição Entre o Público e o Doméstico

A análise feita por ROSALDO e LAMPHÉRE(1979), acerca das questões de gênero, demonstra que não existe uma essência atribuída a cada sexo. Mas, é notório que as tradições culturais e as relações sociais, criaram estereótipos para homens e mulheres relacionando-os a uma esfera pública ou doméstica. Tais estereótipos contribuíram para legitimar a oposição entre estas duas esferas, privilegiando como vimos a primeira. A construção de espaços masculinos e femininos por excelência, apóia-se nas capacidades biológicas, associando os homens ao espaço da produção e as mulheres ao espaço da reprodução. O

homem freqüentemente está associado a imagem do caçador, guerreiro e chefe, ele é o provedor da família, ocupa lugar na mais alta hierarquia familiar e é responsável pela moral, e pela honra da família. A mulher por sua vez é comumente definida a partir de sua função reprodutora – mãe, irmã, esposa – uma das bases sobre a qual se teria construído sua subordinação ao pai ou marido culturalmente legitimada. Associadas à sua capacidade de procriação e a sua qualidade de mãe – e por isso responsável pela alimentação e proteção dos filhos – cabe às mulheres as demais implicações domésticas que estas tarefas demandam dentro da família, consumindo-lhes o tempo voltado para atividades extra-domésticas, ficando estas a cargo dos homens.

Esta “oposição” público e privado, remete à oposição *casa* e *rua* analisada por DaMatta. A *casa* – esfera privada – segundo DaMatta, é o lugar das hierarquizações, um universo marcado e controlado pelas relações pessoais. É o lugar do descanso, da harmonia, do respeito, da segurança, da afetividade e da tranqüilidade, por isso, a *casa* está geralmente associada as mulheres, ao domínio doméstico. Em oposição, a *rua* – esfera pública – indica basicamente o mundo com seus imprevistos. É o lugar da individuação, das relações impessoais, da racionalidade, do conflito, da aventura e do perigo. Na *rua*, “*o mundo tende a ser visto como um universo hobbesiano, onde todos tendem a estar em luta contra todos*”(DAMATTA,1997:91). É o lugar do trabalho, e da “dura realidade da vida”, por isso, está associado aos homens, ao domínio da esfera pública. Como afirma DaMatta,

o homem é o englobador do mundo da rua, do mercado, do trabalho, da política e das leis, ao passo que a mulher engloba o mundo da casa, da família, das regras e costumes relativos à mesa e à hospitalidade (Id.,1990:61).

Para PERROT(1988), a construção de estereótipos acerca do que é próprio do homem e o que é próprio de mulher, é fruto de um discurso naturalista – apoiado nas descobertas da medicina e da biologia - que insiste na existência de duas espécies com qualidades e aptidões particulares, e acrescenta: “aos homens, o cérebro, a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão. Às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos”.

SORJ(1992), citando Young, conclui que a sociedade moderna construiu um ideal de esfera pública e instituições políticas fundadas numa moral racional, esta construção teria um impacto direto sobre a condição de subordinação das mulheres, quando associa a moral racional a autoridade e a superioridade de um ponto de vista imparcial; e ao excluir da moral racional o desejo, a empatia, a afetividade, sentimentos, como manifestações irracionais e portanto, inferiores:

Na medida em que as mulheres são identificadas com um estilo moral de julgamento pautado por estes últimos, são excluídas da moral racional e confinadas à esfera doméstica, onde a subjetividade – parte integrante e inevitável da existência humana – poderia florescer, e cada indivíduo reconhecer e afirmar a sua singularidade (SORJ,1992:19-20).

O século XIX, delimitaria as fronteiras entre o público e o privado, acentuando a racionalidade da divisão sexual das funções. Segundo PERROT(1988), cada sexo passa a ter sua função, seus papéis, suas tarefas, seus espaços, seu lugar quase predeterminado. Para esta autora, os princípios de organização política enunciada pelos mais notáveis filósofos, reforçaria estes limites. Hegel, por exemplo, fala da “vocação natural” dos dois sexos. “*O homem tem sua vida real e substancial no Estado, na ciência ou em*

qualquer outra atividade do mesmo tipo (...) no combate e no trabalho que o opõem ao mundo exterior e a si mesmo.” A mulher pelo contrário,   feita para a piedade e o interior, “*se, se colocam mulheres   frente do governo, o Estado se encontra em perigo*”, e continua, “*pois elas não agem conforme as exigências da coletividade, mas segundo os caprichos de sua inclina o e seus pensamentos*” (Hegel apud PERROT:1988). Comte por sua vez, fala da inaptidão radical do sexo feminino para qualquer tipo de governo. O doméstico não lhe poderia ser entregue sem controle, mas confia-lhe a casa e a família, núcleo da esfera privada.

Essas associa es e conceitos, chegaram ao século XX, reafirmando a distância entre as atividades femininas e masculinas, entre o público e o privado, certificando as intensas desigualdades sociais e o desequilíbrio no desenvolvimento humano e econ mico dos sexos.

O Poder nas Rela es de Gênero

Um outro aspecto que gostaríamos de ressaltar nesta discussão, diz respeito a assimetria das rela es de gênero. Segundo SCOTT(1990), *gênero*,   uma primeira maneira de dar significa o às rela es de poder, ou seja, o gênero   um primeiro campo, mas não o único, no seio do qual, ou por meio do qual, o poder   articulado.

A concep o Foucaultiana de poder, ajuda-nos a entendê-lo no interior das rela es entre homens e mulheres. Para Foucault, o poder excede a esfera do Estado, e passa a designar uma rela o de força capaz de produzir efeitos desejados. O poder   relacional, disperso, difuso, e não necessariamente de cima para baixo. Ao conceber o poder como a capacidade de intervir e influenciar e ser exercido, algo mutável e que não se det m, levando em considera o as afirma es anteriores sobre a

dominação do homem na esfera pública, espaço de prestígio e autoridade, questiona-se: O poder também é prerrogativa exclusivamente masculina? A mulher exerce poder? Em quais circunstâncias e que tipo de poder?

Conforme observou ROSALDO(1979), as relações de poder, se manifestam de formas diferenciadas em cada sociedade. Assim como a autoridade, o poder também está comumente associado ao espaço público, logo, atributo masculino. Nas sociedades tradicionais, as mulheres que exercem algum tipo de poder são temidas e freqüentemente associadas a imagens estigmatizadas de bruxas e feiticeiras. Foi assim que as mulheres na idade média foram queimadas em fogueiras pelo Tribunal da Inquisição, pelo fato, entre outros, de deterem certos conhecimentos (ligados principalmente à arte da cura e a maternidade) ignorados pelos homens. Bastow, num estudo sobre a caça as bruxas na Europa, argumenta que ela, está intrinsecamente relacionada ao temor dos homens ao “poder” das mulheres, segundo essa autora, as mulheres eram mais do que objetos sexuais na sociedade do século XVI, elas atuavam como parteiras, curandeiras, conselheiras, fazendeiras, taberneiras, fiandeiras, servas domésticas, assistentes de maridos no trabalho artesanal, e assim por diante, *“e foram seus papéis produtivos tanto como o reprodutivo que as tornaram potencialmente perigosas para os homens”*(BASTOW,1994:29).

As mulheres, todavia, não estão excluídas do exercício de poder. Dentro da perspectiva foucaultiana que estamos analisando, não existe de um lado, os despossuídos e, do outro, os possuidores de poder – mesmo porque, para Foucault o poder não é algo que se detém – mas que as relações de poder são generalizadas e fluidas. Essa inserção da mulher nas relações de

poder, dar-se pelo fato de que elas criaram mecanismos para intervir e influenciar não só no espaço privado do lar como também no espaço público e político. Estes mecanismos surgem de acordo com a cultura, o cotidiano, a capacidade de percepção e análise da realidade, os recursos da fala e da leitura, ou de atividades predominantemente femininas.

Assim, Rosaldo destaca: a manipulação das mulheres na esfera doméstica e a capacidade de influenciar os homens nas suas decisões através de estratégias as mais diversas, como recusar a cozinhar para seus maridos, ganhar a lealdade de seus filhos, colocar o marido contra os homens da família ou instigar o que o resto da sociedade pode reconhecer como ‘tragédia do lar’. Ou ainda incitar o temor que em algumas culturas as mulheres o fazem, através das idéias de pureza e profanação. Segundo Rosaldo:

muitos homens da Nova Guiné – por exemplo - acatarão os desejos de suas esposas por medo de que uma mulher zangada poderá servir comida enquanto estiver menstruada, ou andar sobre ele deixando o sangue gotejar enquanto ele dorme (ROSALDO,1979:55).

Acredita-se, contudo, que as origens das condições de vida que as mulheres desfrutam e o desequilíbrio no desenvolvimento humano, se encontram no interior das questões até agora levantadas: a divisão sexual das atividades, a oposição entre o doméstico e o público, e a ausência do exercício de poder(de fato) das mulheres, fruto das desigualdades de gênero. Acredito também que esta situação desigual, tem sido amenizada a partir da ocupação das mulheres no espaço público historicamente destinado aos homens. Julgo ser a participação das mulheres na esfera produtiva, com o devido reconhecimento do seu trabalho, e o seu engajamento social e político, condições necessárias, mas não suficientes, para equidade no desenvolvimento humano.

É claro que ocupar as esferas de poder masculino demandaram inúmeros outros conflitos sociais. PERROT(1988) acredita, que essa nova postura da mulher emancipada foi responsável pelo desenvolvimento de um novo “antifeminismo” do início deste século, conseqüências das suas conquistas, da tentativa de reverter os papéis culturalmente definidos. Das reivindicações por igualdade de direitos civis e políticos, o acesso às profissões intelectuais e recusa, em confinar-se à vocação materna. Essa nova era, segundo a autora suscita o fervor daqueles poucos, que sonham com companheiras inteligentes e livres, e ao mesmo tempo, o medo daqueles que vêem o poder feminino como uma ameaça, e nele, o risco de degenerescência da raça e de decadência dos costumes.

A Participação da Mulher na Esfera Produtiva

M.E.. , fabricante, fez-me saber que emprega exclusivamente mulheres nos seus negócios mecânicos; da preferência às mulheres casadas, sobretudo, aquelas que têm uma família numerosa; estas são mais atentas e mais disciplináveis do que as mulheres não casadas, e, além disso, são forçadas a trabalhar até a exaustão a fim de obterem os meios de subsistência necessários. E assim que as virtudes que melhor caracterizam a mulher se voltam contra ela própria. Aquilo que há de ternura e de moralidade na sua natureza transforma-se no instrumento da sua escravidão e da sua miséria (MARX, ENGELS, LENIN:1979,81).

A inserção da mulher no mercado de trabalho e na esfera produtiva foi conseqüência das demandas capitalistas principalmente do início do século XIX, onde a intensa necessidade de mão-de-obra, não distinguia o sexo do trabalhador. A força de trabalho feminina tornou-se mais interessante pelo fato de ser menos onerosa para os capitalistas.

A epígrafe acima, refere-se a intensa exploração a que as mulheres estavam submetidas ao constituírem-se assalariadas, como resultado de suas próprias aptidões, tais como: disciplina, economia, cuidado com ferramentas, trabalho de qualidade, e habilidades que as tornaram potencialmente capazes de realizar várias atividades ao mesmo tempo, e em duas esferas simultâneas – doméstica e produtiva – e das suas responsabilidades, pois, sendo “efetivamente” administradoras da esfera doméstica, recai sobre elas o peso da manutenção da família, sentem mais de perto a fome, a situação de empobrecimento e a preocupação com o futuro dos filhos e da família.

O engajamento da mulher na esfera produtiva, pressupõe uma das condições para promover maior equidade no desenvolvimento humano, ao amenizar a sua situação de pobreza. Contudo, não significou maior igualdade e redistribuição das tarefas domésticas, baseadas em normas comportamentais e em papéis sexuais culturalmente enraizados. Neste sentido, a mulher passa obrigatoriamente a cumprir dupla jornada de trabalho dificultando ainda mais sua atuação na esfera pública, restringindo suas oportunidades e escolhas na participação política e até mesmo no emprego, uma vez que não se estabelece horários flexíveis de trabalho que facilitem o engajamento social da mulher.

Também não significa que mulheres e homens passam a disputar dos mesmos direitos e oportunidades no mercado de trabalho, pois, segundo o RDH/95 no mundo inteiro, as mulheres são menos remuneradas, trabalham mais horas e ocupam menos cargos de administração e gestão. Além disso, freqüentemente sofrem preconceitos e restrições pelo fato de serem mães ou de darem a luz necessitando de se afastarem por

um tempo maior das empresas. Os estudos de FUENTES e EHRENREICH (1983), comprovaram que muitas indústrias multinacionais nos países em desenvolvimento, davam preferência à contratações de mulheres sem filhos ou que tenham aderido aos programas de esterilização governamentais como por exemplo as indústrias têxteis da Índia. Essas medidas buscavam evitar o afastamento das mulheres e a concessão dos benefício de licença a maternidade. Segundo Santos:

... o problema fundamental do espaço-tempo doméstico em condições da crescente globalização da economia reside em que, por um lado, a entrada no mercado permite às mulheres transcender a dominação patriarcal do espaço-tempo doméstico, por outro lado, esta dominação transborda deste espaço para o espaço-tempo da produção e, por essa via, reproduz, se não mesmo amplia, a discriminação sexual contra as mulheres. (SANTOS,1997:305)

O trabalho de mulheres como condição para melhorar suas qualidades de vida, não se limita ao trabalho remunerado da esfera produtiva, mas também as atividades realizadas na esfera reprodutiva – que não tem valor de mercado – e as não remuneradas da esfera produtiva – muitas vezes confundidas com a primeira – pois quando se trata de desenvolvimento humano, “é difícil argumentar que atividades destinadas a produzir bens e serviços para o mercado tem mais valor do que atividades como criar, alimentar e manter a vida humana”, ou atividades comunitárias (RDH,1995:88).

De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano de 1995, em quase todos os países do mundo as mulheres trabalham mais horas do que os homens. Da carga total de trabalho as mulheres suportam cerca de 53% nos países em desenvolvimento e 51% nos países industrializados. Porém, grande parte do trabalho realizado por

mulheres não é contabilizado – pelo fato de não produzir valores de mercado, conseqüentemente considerado não produtivo – sendo assim, os homens recebem a maior parte dos rendimentos e do reconhecimento pela sua contribuição econômica. O Relatório estima ainda, que dos 16 bilhões de dólares do produto mundial, 11 bilhões correspondem à contribuição não monetarizada invisível das mulheres, sendo assim, se o trabalho realizado por mulheres não-remunerado, fosse devidamente avaliado, possivelmente elas seriam melhor ou igualmente remuneradas, visto que contribuem com mais horas de trabalho que os homens⁴.

Quando as análises voltam-se para a zona rural, a situação verificada das mulheres na esfera produtiva torna-se ainda mais desigual, principalmente quando constituem-se assalariadas volantes. A divisão sexual do trabalho, conduz a mulher a uma jornada de trabalho bem mais intensa, cansativa e invisível. A média de horas de trabalho para mulheres, verificada pelo Relatório na zona rural dos países em desenvolvimento é de 55%, contrapondo os 45% dos homens.

Na agricultura familiar – mesmo sendo uma das modalidades onde o desgaste físico e emocional é menor – as mulheres cumprem em geral as atividades domésticas tradicionais como o cuidado com a casa e os filhos, produção e processamento de alimentos para consumo e comercialização. Participam ao mesmo tempo ativamente da esfera produtiva em quase todas as atividades do ciclo agrícola, como semear, capinar, colher, criação de animais de pequeno porte (que muitas vezes também são comercializados), cuidar das plantas de quintal, horta, além de serem responsáveis pelo abastecimento de água, uma atividade cansativa e “pesada” principalmente em regiões atingidas pela seca, como no sertão

nordestino ou no Vale do Jequitinhonha no nordeste mineiro. As atividades comunitárias também são prerrogativas femininas (dependendo do desenvolvimento social e tecnológico ou da distância de suas comunidades dos centros urbanos), as mulheres realizam funções de parteiras, raizeiras, rezadeiras, responsáveis pelas atividades de igreja e ajuda mútua.

O *quintal*, ou *terreiro*, espaço predominantemente feminino, é também um importante espaço de produção e reprodução social e ecológica. O *terreiro* é onde se cria os bichos de estimação e se plantam as ervas medicinais, e, em geral, as árvores. Segundo SUÁREZ e LIBARDONI(1992), o quintal constitui espaço altamente produtivo e gerador de renda, sendo que nele as mulheres desenvolvem sua atividade produtiva exclusiva. A *criação* as frutas e plantação de hortas nesses espaços, garantem, em momentos economicamente críticos, a alimentação ou uma renda monetária mediante a comercialização dos respectivos produtos. Além do fator produtivo, PACHECO(1997), ressalta também, a importância do *terreiro* para o enriquecimento da dieta alimentar e tratamento de doenças, a partir do cultivo de plantas medicinais, e como campo de experimentação e aclimação de espécies para posterior utilização em outras escalas.

A Descaracterização do Trabalho Produtivo das Mulheres na Agricultura Familiar

As mulheres contribuem muito mais para a agricultura do que se supõe, no entanto, a sociedade fundada na rígida estrutura familiar burguesa que sempre conferiu à mulher uma condição inferior e que reflete em todas as dimensões de sua vida, principalmente na divisão sexual dos

papéis, e sustenta ideologias (aceitas muitas vezes pelas próprias mulheres) de complementaridade do seu trabalho, ou tornando-o invisível e sem importância para a geração de renda e para o desenvolvimento rural, principalmente a partir do domínio do capital, onde a produção das pequenas propriedades de subsistência, assim como o trabalho doméstico sem valor mercantil, passa a ser desinteressante.

Analisar o papel da mulher nas forças produtivas nas comunidades rurais, implica, considerar, como ressalta FIUZA(1997), o elemento ideológico presente nas representações dos papéis sexuais fortemente transmitidas pelas crenças, tradições e valores religiosos que influenciam consideravelmente nas relações sociais, tornando naturais a submissão feminina e as desigualdades entre os sexos. Neste sentido, é fácil encontrar mulheres que aceitam sua condição de submissão na estrutura familiar, mesmo considerando o fato de que trabalham mais.

Em seu estudo realizado na Zona da Mata mineira, FIUZA(1997), argumenta que: “muitas mulheres quando perguntadas se achavam que homens e mulheres trabalham igualmente ou que um trabalhava mais que o outro, respondiam que as mulheres trabalhavam mais. Salientavam, no entanto, que o trabalho do homem era mais pesado”, servindo como justificativa pelo fato do homem ter direito ao descanso quando chegam em casa. A oposição trabalho *pesado* e trabalho *leve*, associados respectivamente aos homens e as mulheres (PAULILO:1989, EIGENHEER:1982) é um dos critérios idealmente organizadores da distribuição de tarefas entre homens e mulheres. Como afirma Eigenheer, quando um trabalho é classificado como leve, ou maneiro, “*isso significa que ele pode ser feito facilmente por mulher ou criança, ao passo que o*

trabalho pesado exige grande esforço do qual só o homem seria capaz” (EIGENHEER,1982:149). Qualquer trabalho feito por mulheres sempre será considerado leve, logo, menos valorizado em função de suas características próprias, mas conforme a posição (desigual) que homens e mulheres ocupam na hierarquia familiar (PAULILO:1989).

O estudo de FIÚZA(1997), demonstra estatisticamente que as mulheres estão presente em quase todas as atividades da esfera produtiva da agricultura familiar, atividades como: arar, semear, capinar e colher, que são de maior constância no ciclo produtivo anual, além de atividades extras, mas que também geram valor de mercado como costurar e comercializar. A única tarefa em que a participação da mulher é inexpressiva na agricultura familiar destas comunidades, segundo Fiúza, é no trabalho de puxar o arado de tração animal, no entanto, esta atividade é de menor repetição no ciclo anual, ficando fácil constatar que a quantidade de horas despendida ao trabalho pelas mulheres dentro do ciclo agrícola é igual ou superior ao homem. Neste sentido a pesquisadora, conclui que,

... embora a própria mulher considere o seu trabalho como 'leve', ela executa na maior parte do ano agrícola, as mesmas tarefas que o homem, executando também as tarefas domésticas ao retornar da roça. Quer dizer, a mulher trabalha de fato na esfera da reprodução e produção mas, de direito, seu trabalho reconhecido é apenas o de dona de casa (FIUZA:1997,57).

Na esfera da produção as mulheres não estão no seu espaço legítimo, por isso, o trabalho realizado por elas não é considerado como tal, é um não-trabalho. HEREDIA et all (1987), analisando o lugar das mulheres em unidades domésticas entre os camponeses do nordeste brasileiro, observam que a

organização social camponesa obedece a um padrão de divisão sexual do trabalho bastante rígida e bipolarizada, entre o “roçado” – espaço da produção, – e a “casa” – esfera do consumo. Além disso, observam os autores que “por serem as tarefas desenvolvidas no roçado as responsáveis pelo consumo familiar, as atividades nesse âmbito são reconhecidas como trabalho. Por oposição a elas, as atividades desempenhadas no âmbito que corresponde á casa não são consideradas como tais.”(HEREDIA et all,1987:30). Na esfera produtiva, o trabalho das mulheres é descaracterizado, passando a ser considerado “ajuda”, e não trabalho efetivamente produtivo que contribui para geração de renda familiar. Para Carneiro,

A simbiose entre mulher e família, “acrescida da valorização do homem como provedor e responsável pela respeitabilidade dos membros do grupo doméstico, transforma a renda do trabalho feminino em ajuda, e sustenta, ainda hoje, a subordinação à esfera masculina (CARNEIRO, 1996:353).

O trabalho das mulheres, considerado como *ajuda*, não aparece nas estatísticas oficiais como trabalho produtivo, dificultando o seu reconhecimento enquanto trabalhadora rural, e o acesso das pequenas produtoras aos direitos mais essenciais de saúde e previdência, como por exemplo, o salário maternidade ou aposentadoria, garantidos por lei desde a constituição de 1988.

A *ajuda* contribui também para a invisibilidade do trabalho das mulheres – que comumente aparecem na classe da população não economicamente ativa – dificulta a aquisição de financiamentos agrícolas e serve como justificativa do homem deter o controle da renda produzida na propriedade. Essa descaracterização do trabalho produtivo feminino é comum nas comunidades agrícolas do país. Embora esta condição seja

alimentada pelas representações culturais dos papéis, em muitas comunidades, principalmente naquelas onde há a atuação de movimentos de mulheres, organizações da igreja católica progressista ligada á teologia da libertação – como o movimento de CEBs, ou pastorais – as mulheres começam a romper com os padrões comportamentais, a medida que passam a reconhecer-se enquanto trabalhadoras rurais ou agricultoras, e produzir maior igualdade nas divisões das atividades domésticas, como se observa nas falas de duas trabalhadoras rurais do MMTR-NE⁵:

“Quando você pergunta uma trabalhadora se ela trabalha, não, as vezes, não, só ajudo meu marido. Aí ela vai prá roça, ela trabalha, ela cuida das crianças, cozinha, ela lava, cuida do marido, dos filhos e dos animais pequenos, é tudo isso que ela faz, ainda diz que só ajuda, imagina se trabalhasse.” (Nazaré de Souza – trabalhadora rural e membro da diretoria do MMTR-NE)

“Se era para lavar um prato, varrer uma casa, eu achava que era eu que tinha que fazer, achava que era coisa demais para ele. Já hoje não, é tudo combinado, se eu varro uma casa, ele pode lavar um prato prá mim, ele barre uma casa prá mim, e fazer uma comida prá mim. A igualdade tá quase bem chegando né ?” (Edinalva Pereira – trabalhadora rural)

Não é nossa intenção aqui, aprofundar no engajamento social e políticos das mulheres e a contribuição da igreja progressista através de seus movimentos para a organização da mulher na esfera pública – mesmo sendo este um assunto de particular interesse e que não fugiria do objetivo deste trabalho, visto que consideramos este aspecto, também, como condição para a equidade no desenvolvimento humano – pelo fato de estender por muitas páginas este trabalho que pretende ser breve.

A tendência em transformar o trabalho de mulher em *ajuda* constitui-se também

em um dos fatores de desequilíbrio no desenvolvimento humano, pois, impede a inclusão das mulheres nos programas de desenvolvimento rural, à medida que elas são consideradas donas-de-casa e não um membro produtivo da família pelos órgãos oficiais. O processo de modernização da agricultura brasileira, principalmente a partir da década de 60, contribuiu para aumentar a pobreza na zona rural, mais especificamente das mulheres, que se viram excluídas das novas tecnologias e dos programas desenvolvimentistas.

Neste sentido, promover um desenvolvimento humano com equidade no meio rural, pressupõe uma perspectiva de gênero. Isso significa considerar a mulher como um dos atores principais e fundamentais do processo e não como mera coadjuvante, investir nas suas capacidades, dar-lhe poder para exercer suas escolhas e promover a melhoria da qualidade de vida não só das mulheres mas também das famílias rurais.

Considerações Finais

O século XX, tem assistido às transformações nas relações de gênero através das conquistas alcançadas pelas mulheres. Contudo, os dados do Relatório de Desenvolvimento Humano de 1995 demonstram que as mulheres ainda constituem a categoria mais pobre do mundo. Isto se justifica pelo fato de que a reprodução das desigualdades de gênero reflete em todos os âmbitos da sociedade, principalmente através da oposição entre o público – ligado às atividades masculinas – e o privado – ligado às atividades femininas – fortemente alimentada pelas representações culturais.

As mulheres, todavia, sempre influenciaram na esfera pública – culturalmente masculina – através dos

mecanismos de poder informal criados a partir de suas potencialidades. Por outro lado, o engajamento efetivo das mulheres na esfera pública produtiva contribuiu para minimizar sua situação de pobreza observada no desenvolvimento humano, embora disputem das mesmas oportunidades e escolhas dos homens, e da mesma valorização. Tentamos, neste ensaio, evidenciar as mulheres rurais que se constituem na categoria mais severamente afetada pelo desequilíbrio nos índices de desenvolvimento, uma vez que, na maioria dos casos, não têm seu trabalho produtivo reconhecido como tal, mas caracterizado como *ajuda*, além de não terem suas capacidades incorporadas aos programas de desenvolvimento rural.

Conclui-se, portanto, que o desenvolvimento humano com equidade será resultado do investimento nas capacidades das mulheres e da produção de igualdades nas relações de gênero, a partir principalmente de uma redistribuição e reavaliação dos papéis e valores, público e privado de homens e mulheres determinados culturalmente pelas desigualdades de gênero.

Notas

1 O conceito de gênero, utilizado neste estudo, emergiu como uma crítica ao determinismo biológico, passando a ser utilizado para expressar as relações sociais fundamentadas em desigualdades socialmente construídas. Para Joan Scott, que introduz e constrói gênero como uma categoria útil de análise, gênero pressupõe a percepção do modo como são construídos padrões referenciais do que se concebe como masculino e feminino, contribuindo para desmitificá-los enquanto categorias naturais e imutáveis (SCOTT:1990).

2 O Relatório de Desenvolvimento Humano é uma iniciativa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), criado deste 1990, que tem como objetivo ampliar o conceito

de desenvolvimento humano, tradicionalmente econômico e apontar áreas de atuação e iniciativas que possam contribuir para acelerar o processo de desenvolvimento. Neste trabalho serão usados os dados do Relatório de Desenvolvimento Humano de 1995.

3 O debate dentro das Ciências Humanas sobre papéis sexuais e de gênero, tem sido marcado pelo enfrentamento entre duas posições teóricas distintas: o essencialismo e o construtivismo social. Do ponto de vista essencialista, a sexualidade é algo inerente à natureza humana que ora é vista como mecanismo fisiológico a serviço da reprodução, ora como manifestação de um imperativo psíquico, ou se manifestaria como conjugação desses dois pressupostos. Assim a sexualidade é vista como autônoma, universal, imutável e ahistórica, sendo uma imposição biológica e não uma opção individual balizada por parâmetros culturais. O Construtivismo social, por sua vez, problematiza a universalidade do instinto sexual. Alguns autores postulam que nesse modelo culturalista há duas formas distintas de abordagens. Na primeira, aceita-se que a sexualidade seja universal e biologicamente determinada, cabendo à sociedade moldar o impulso ou a pulsão sexual. Na segunda, mais radical, o domínio sexual, erótico, das sensações do corpo seria efeito de construções culturais. Desse ponto de vista não haveria uma essência fisiológica ou psíquica que pudesse ser considerada como um substrato humano, e, como um corolário, não haveria tão pouco uma essência feminina ou masculina, inata, que responderia pela diversidade de papéis que homens e mulheres assumem nas diferentes sociedades e culturas. Esse debate ganha fôlego, com Marilyn Strathern. De acordo com essa autora, nem todos os sistemas culturais admitem a separação radical entre aquilo que no ocidente denomina-se de natureza por oposição à cultura/sociedade (STRATHERN:1987), uma vez que as categorias gênero e sexo eram contrapostas pelos construtivistas, como sendo, a primeira da ordem da cultura, distinta do plano biológico; enquanto sexo imprimiria a dimensão anátomo-fisiológica dos seres humanos, remetendo à dicotomia natureza/cultura.

4 Segundo o Relatório, estas estimativas foram feitas tratando as atividades não pagas como transações de mercado e salários correntes, não

implica contudo, que este seja o montante que deveria ser pago pelo trabalho não mercantil, uma vez que toda a estrutura salarial se alteraria se todas as atividades entrassem no mercado.

5 No filme A CORAGEM DE SER, produzido pelo MMTR-NE, 1998. 28min.

Referências Bibliográficas

- BARSTOW, A L. *Chacina de Feiticeiras: uma revisão histórica da caça às bruxas na Europa*. Trad. Ismênia Tupy. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1994.
- CARNEIRO, M, J. Esposa de Agricultor na França. In: *Revista de Estudos Femininos*. Rio de Janeiro: UFRJ, p. 338-353.
- DAMATTA, R. *Carnavais, Malandros e Heróis: Para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, 350p.
- _____. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1999, p. 126p.
- ENGELS, F. A família monogâmica. In: CANEVACCI, M. *A dialética da Família*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.71-87.
- FRANCHETTO B. et. All. Antropologia e Feminismo. In: *Perpectivas Antropológicas da Mulher 1*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980, pag.11-47.
- FIÚZA, A L. C. *Verde-Rosa/Natureza-Mulher: Um estudo de caso comparativo das relações de gênero em contextos tecnológicos distintos na Zona da Mata Mineira*. Viçosa: UFV, 1997. 119p.
- FUENTES, A e EHRENREICH, B. *Women in the Global Factory*. New York: Institute for New Communications, South End Press, 1983.
- HEIBORN, M. L. Gênero: um olhar estruturalista. In.: PEDRO, J. M. e GROSSI, M. P. (Org.) *Masculino Feminino Plural*. Mulheres, 1998, p. 43-55.
- HEREDIA, M et all. O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas. In: AGUIAR, N. *Mulheres na força de trabalho na América Latina*. São Paulo: Loyola, 1987, p. 28-56.
- LAQUEUR, T. *Making Sex*. Cambridge: Harvard University Press, 1990.
- MARX – ENGELS – LENIN. *Sobre a Mulher*. São Paulo: Global, 1979. 140 p. – coleção Base.
- PACHECO, M. E. L. *Sistemas de Produção: uma perspectiva de gênero*. Proposta, nº 71, fevereiro/1997
- PAULILO, M. I. O Peso do trabalho leve. *Ciências Hoje*, V.5, n.28, p. 27-48, 1989.
- PERROT, M. *Os excluídos da História*. Trad. Denise Bottmann, 2 ed. São Paulo: Paz e terra, 1992.
- PNUD. *Relatório de Desenvolvimento Humano de 1995*. Lisboa: Trinova,1995
- _____. *Relatório de Desenvolvimento Humano de 1996*. Lisboa: Trinova,1996
- ROSALDO, M. Z. e LAMPHERE, L. A *Mulher, A Cultura, A Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. P. 17 – 32.

SANTOS, M. *Pela Mão de Alice: o social e político na pós-modernidade*. 4ed. São Paulo: Cortez,1997.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Realidade*. V. 16, 1991, p.5-22.

SORJ, B. O Feminismo na Encruzilhada da Modernidade e Pós-modernidade. In. *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. P. 15-23.

SUÁREZ, M. e LIBARDONI, M. *Mulheres e desenvolvimento agrícola no Brasil: uma perspectiva de Gênero*. Brasília: IICA, 1992. 171 p.